

ECONOMIA E COMPLEXO MILITAR NA PERSPECTIVA MARXIANA

Artur Bispo dos Santos Neto*

Resumo

O presente texto tem como ponto de reflexão a peculiaridade do militarismo enquanto complexo parcial enunciador de algumas das categorias decisivas que constituem o modo de produção capitalista. Busca-se apontar as vicissitudes do complexo militar frente ao desenvolvimento do complexo econômico, entendendo seu desenvolvimento como essencialmente contraditório e desigual, ao longo do processo de constituição das sociedades de classes. Por fim, salienta-se como o complexo industrial-militar emerge como uma alternativa circunstancial ao processo de sobrevivência do capital, à proporção que implica na necessidade de expansão e acumulação do capital pela mediação do Estado e representa ameaça permanente de destruição da humanidade pela ampliação de artefatos bélicos alcançados pela expropriação significativa do trabalho assalariado.

Palavras-chave: Trabalho. Guerra. Indústria. Capital

Abstract

The current text has as reflection point the militarism peculiarity as decisive categories announcer partial complex which constitute the capitalist mode of production. The aim is to point out the vicissitudes of the military complex facing the economic complex development, understanding its development as essentially contradictory and uneven throughout the constitution process of the society of classes. Finally, it enhances how the industrial-military complex emerges as one circumstantial alterative to the process of surviving from capital, in the proportion that implies in the necessity of expansion and accumulation of capital by the mediation of State and it represents a permanent destruction threat of humanity by the implication of the bellicose artifact attained by the significant expropriation of the employee work.

Keywords: Work. War. Industry. Capital

Introdução

A concepção materialista do mundo contrapõe-se diametralmente àquelas concepções que erigem a disjunção entre complexos parciais e totalidade social como esteio de suas perspectivas fetichizadas da realidade. Longe das perturbações refratárias que perpassam as diferentes concepções burguesas de mundo, nosso propósito aqui é salientar a relevância do critério histórico-ontológico na compreensão do complexo militar como um complexo essencialmente articulado aos complexos das classes sociais, da economia, da divisão social do trabalho etc. Esse percurso tem sua *démarche* fundante na produção teórica de Karl Marx, Georg Lukács e Rosa Luxemburg, visto que os trabalhos desses pensadores permitem desvelar a peculiaridade do complexo militar, enquanto complexo profundamente articulado ao processo de expropriação forçada do excedente da produção.

E diferentemente do modo como a tradição filosófica tratou a categoria da totalidade, com Aristóteles e Hegel, Lukács dá um passo significativo, constituindo um verdadeiro *tertium datum*, porque não se circunscreve a perspectiva lógico-gnosiológica e não estaciona nos limites de seu pensamento anterior, expresso em História e consciência de classe. A totalidade social não emerge como simples preceito axiológico, mas emana da própria relação que o homem estabelece com a natureza mediante seu trabalho. É pela mediação do trabalho que o homem opera um salto decisivo sobre as formas precedentes de ser, tanto inorgânica quanto organicamente, revelando-se como um ser eminentemente social e capaz de produzir e reproduzir sua existência material.

É mediante a *práxis* dos homens que se inscreve a realização do ser social como um complexo de complexo, em que os complexos se desenvolvem em estreita conexão entre sociedade e natureza, indivíduo e sociedade. O trabalho, como intercâmbio orgânico do homem com a natureza, possibilita a constituição da série intermediária dos complexos que vão além do trabalho propriamente dito. Embora seja a categoria fundamental que permite elucidar a totalidade social como uma categoria dinâmica e complexa, composta de numerosos e heterogêneos complexos parciais, o trabalho em si não explica a totalidade da realidade social. A predominância da totalidade social não deve obnubilar a peculiaridade dos complexos parciais, pois eles também interagem e interferem no modo de ser da totalidade social. Cada complexo possui uma relativa dependência ontológica e uma determinação reflexiva para com a totalidade, pois “em cada um de tais processos é a reprodução da totalidade que, neste múltiplo sistema de interações, constitui o momento predominante” (LUKÁCS, 1981, p. 3).

É importante destacar que, na perspectiva marxiana, a economia é um complexo que está diretamente articulado ao mundo do trabalho. Embora a economia seja uma ciência que somente brote posteriormente na história dos homens, particularmente no contexto do desenvolvimento das ciências particulares que perpassa o cenário ideológico constituído pela burguesia. A economia é um complexo espontâneo como o trabalho, pois está articulada ao fato de que os homens precisam resolver suas necessidades imediatamente postas na cotidianidade, por isso que ele é menos mediado que os complexos postos socialmente para atender às especificidades ideológicas do desenvolvimento e aprimoramento da divisão social do trabalho.

A economia ocupa a condição de momento predominante perante o complexo militar e os demais complexos parciais; no entanto, é preciso entender que existe uma interação dialética entre esse complexo e o complexo militar, o que permite aludir que, na perspectiva marxiana, não existe uma relação hierárquica ou mecanicista entre economia e demais complexos parciais, porque estes interagem mutuamente entre si. A relação dialética estabelecida entre os referidos complexos lança abaixo a perspectiva de que o complexo militar seja um mero efeito do complexo econômico, como postula o marxismo vulgar, e que o complexo econômico seja a única causa motora do complexo militar. O desenvolvimento de ambos os complexos aponta para uma intrincada rede de interações que pressupõe uma observação mais atenta do problema.

1 Capitalismo e complexo militar

O desenvolvimento da história da humanidade não é um movimento linear e homogêneo, mas pautado pela presença de movimentos complexos envolvidos de avanços e recuos, continuidade e descontinuidade. Embora os elementos que gestam a sociedade de classes estejam postos nas sociedades precedentes, parece claro que sua emergência representa uma ruptura completa com o modo de vida que pautava o comunismo primitivo, pois desde então a natureza deixa de ser pertencente à comunidade para ser considerada como posse individualizada de uma determinada classe social. No centro dessa passagem está o desenvolvimento dos meios de produção que possibilitam que o trabalho de um homem seja capaz de produzir mais do que o necessário para reprodução de sua existência biológica (LUKÁCS, 1981).

A história das sociedades de classes é a penosa história da humanidade na qual o desenvolvimento dos meios de produção e a recorrência aos meios coercitivos caminham de mãos dadas. Para consolidar seu poder sobre as outras classes sociais, as classes dominantes precisam constituir-se uma série de complexos bem mais sofisticados (direito, política, educação, Estado, etc.) que o complexo militar; por sua vez, esses complexos não podem efetivar-se sem a recorrência, permanente ou episódica, do referido complexo coercitivo.

O capitalismo inaugura, de um lado, uma nova relação do homem com a natureza mediante o desenvolvimento dos processos científicos e tecnológicos que possibilita o aprimoramento dos meios de produção; do outro, na gênese de sua revolução tecnológica, situa-se a luta de classes entre expropriadores e expropriados, entre capitalistas e camponeses (MARX, 1985b). A acumulação primitiva de capitais é uma das bases fundamentais que permite a passagem da manufatura para a maquinaria.

A Revolução Industrial se constitui sobre a contradição entre, de um lado, subversão de todo o processo de produção que permite que a produção social ultrapasse o nível da escassez que permeava as sociedades precedentes; do outro, ela representa a primazia da máquina no processo de produção em que ocorre a subsunção da subjetividade do proletariado, que deixa de ocupar o papel de sujeito fundamental do processo de produção.

Desse modo, os meios deixam de ser uma extensão do proletariado e este passa a ser uma extensão da máquina. A introdução da maquinaria no processo de produção representa demissões dos trabalhadores e intensificação da exploração do trabalho. É indubitável que o desenvolvimento tecnológico propiciou, de um lado, a transformação do processo de produção, mas, do outro, trouxe consigo consequências sociais negativas para a classe operária, isso porque o controle absoluto do capital sobre o trabalho significa o aperfeiçoamento do processo de expropriação do tempo de trabalho do operariado.

No centro da Revolução Industrial, impõe-se a luta de classes, em que o capitalista tenta aprimorar os mecanismos de expropriação do tempo de trabalho que o proletariado deve oferecer gratuitamente ao capital. Com ela se passa do processo de mais-valia absoluta para o processo de mais-valia relativa, ou seja, aquela forma de mais-valia engendrada pelo aperfeiçoamento dos meios de produção, em que uma não significa a exclusão da outra (MARX, 1985a). É dessa maneira que o capital consegue recuperar as perdas sofridas diante das concessões oferecidas à classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho.

É somente numa perspectiva unitária e totalizadora da história que se superam as idiosincrasias que concebem a técnica como dotada de uma estrutura em si e de uma autonomia absoluta. A técnica e a maquinaria não são entidades metafísicas que existem em si mesmas. Elas são expressão do desenvolvimento do capital como uma nova totalidade social. É tão somente no contexto dessa totalidade social que os complexos parciais podem ser devidamente elucidados. É o mundo material que engendra as condições de possibilidades para que a ciência possa irradiar pelo mundo da economia e das relações sociais¹. A predominância do elemento econômico frente aos outros complexos parciais não significa uma anulação dos outros complexos, pelo contrário, existem complexos que são fundamentais no processo de gestação das condições econômicas. É preciso sempre considerar a relação dialética que envolve os diferentes complexos entre si. A Revolução Industrial serve para revelar a relação existente entre o complexo da técnica e o complexo da luta de classes, o complexo econômico e o complexo militar. Escreve Lukács:

Exatamente como na própria economia, a técnica é uma parte importante, mas sempre derivada, do desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, dos homens (o trabalho) e das relações inter-humanas (divisão do trabalho, estratificação de classe etc.), do mesmo modo, as categorias especificamente militares, como tática e estratégica, não derivam da técnica, mas das mudanças que intervêm nas relações socioeconômicas fundamentais entre os homens (LUKÁCS, 1981, p. 87).

Embora se constituam como esferas distintas, é possível apontar elementos de reciprocidade entre complexo militar e complexo econômico. A interação dialética pode ser verificada no fato de que o complexo militar recorre ao uso de categorias que são próprias do complexo econômico como trabalho assalariado, divisão social do trabalho, liberdade, dinheiro, relações de troca, maquinaria e mercadoria. Para Marx, "as novas formas da produção material desenvolvem-se na guerra antes de se desenvolverem na produção do tempo de paz" (MARX apud KORSCH, 2010, p. 6). Observa-se a interposição dialética de elementos militaristas sobre aspectos econômicos, ocorrendo no universo da guerra à emergência de formas mais intensamente evoluídas do que aquelas que permeavam a economia propriamente dita.

1

Entre as heterogêneas experiências sucedidas nas sociedades precedentes, o complexo militar se constitui como um complexo irradiante de categorias e elementos decisivos que são próprios da sociedade capitalista. O exército romano, por exemplo, apresenta-se como um ordenamento social que permite observar algumas das características iminentes ao modo de produção capitalista. Como assinala Marx:

No império romano, por exemplo, no apogeu do seu desenvolvimento, o tributo e as prestações continuavam a ser fundamentais. O sistema monetário propriamente dito só estava completamente desenvolvido no exército. E nunca se introduziu na totalidade do trabalho (MARX, 1983, p. 221).

Certos aspectos da economia capitalista têm sua gênese nas relações engendradas no complexo militar. É o que demonstra Marx numa carta a Engels de 1857:

A história de *army* elucidada, com maior evidência que qualquer outra coisa, a exatidão da nossa concepção sobre a relação existente entre as forças produtivas e as condições sociais. A *army* é, em geral, importante para o desenvolvimento econômico. Por exemplo, entre os antigos o sistema assalariado se desenvolveu completamente, antes de tudo, no exército. Do mesmo modo entre os romanos o pecúlio castrense é a primeira forma jurídica pela qual se reconhece a propriedade mobiliária daqueles que não são pais de família. Do mesmo modo, o regime corporativo nas corporações de ofício. Igualmente, se encontra no exército o primeiro emprego das máquinas em larga escala. Até o valor particular dos metais e seu uso como dinheiro parece que originalmente se baseia... sobre sua importância bélica. Também a divisão do trabalho *no interior* de um determinado setor se realiza, primeiramente, nos exércitos (MARX apud LUKÁCS, 1981, p. 86).

A superioridade de o complexo militar diante do desenvolvimento das relações que perpassam a esfera econômica encontra sua razão de ser no processo de organização da própria economia escravista. Lukács (1974) ressalta que um dos limites fundamentais do processo de produção na sociedade antiga era a impossibilidade de reconciliação da escravidão com o emprego de máquinas. Como o trabalho era considerado coisa de escravo, não havia nenhum interesse na aplicabilidade dos inventos científicos ao mundo da produção². Por sua vez, como o exército era uma esfera da totalidade da vida social antiga que não pertencia ao mundo dos escravos, ele podia contar com a aplicabilidade dos inventos da ciência. A atividade bélica geralmente pertencia aos homens livres. Destaca Lukács: “A mecânica que não cabia na economia (e, por isso, também na ciência e filosofia oficiais) era, ao contrário, muito importante para a construção das máquinas bélicas” (LUKÁCS, 1981, p. 87).

A exceção encontrada no complexo militar não altera em nada a estrutura da sociedade escravocrata, pois o complexo militar não poderia ocupar papel predominante no desenvolvimento da organização da existência material dos homens, haja vista que ele se circunscrevia à representação do poder coercitivo contra as classes dominadas. O fato de certos fenômenos econômicos poderem se manifestar no complexo militar, de forma mais desenvolvida do que na própria atividade econômica, não representa qualquer afirmação de autonomia absoluta do campo militar sobre as relações de produção, mas serve para ilustrar o caráter essencialmente contraditório dos complexos e como eles podem se manifestar historicamente de maneira desigual.

Essa conexão dialética entre complexo econômico e complexo militar é ainda mais acentuada na sociedade capitalista. Primeiro, é fundamental recordar que o capital vem ao mundo pondo em movimento uma nova forma de produção que é eminentemente

cooperada, quer dizer, ele presume a organização e mobilização de um conjunto de trabalhadores para que ocorra a reprodução em escala ampliada. Como um exército, os trabalhadores precisam ser postos em movimento de uma forma combinada e articulada. Assinala Marx:

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longo ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas (MARX, 1985a, p. 259-260).

Da mesma forma que a infantaria consegue transpor a cavalaria, o trabalhador da manufatura ultrapassa o trabalhador isolado da corporação de ofício. A atividade combinada de diferentes trabalhadores entre si supera as idiosincrasias individuais mediante a divisão social do trabalho. O mecanismo específico da manufatura é o trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais como se fosse um exército. A mobilização de um determinado *quantum* de trabalhadores depende da grandeza de capitais que o capitalista consegue mobilizar para comprar força de trabalho e meios de produção. Quanto maior for esse capital maior será o *quantum* de trabalhadores e, conseqüentemente, menor será o custo social da produção (MARX, 1985a).

O trabalho combinado é extremamente favorável ao capitalista; primeiro, porque 12 trabalhadores simultaneamente dedicados à produção de uma determinada mercadoria produzem, num dia, mais do que um trabalhador em 12 dias, quer dizer, 144 horas de trabalho coletivo é maior do que 144 horas de trabalho individualizado. Segundo, ao fazer doze trabalhadores produzirem num mesmo local de trabalho ocorre uma economia de meios de produção. O trabalho combinado sabe atacar o objeto mais unilateralmente, porque o trabalhador coletivo é dotado do dom da ubiquidade, ele possui olhos e mãos à frente e atrás (MARX, 1985a). O que revela que o todo é maior do que a soma de suas partes.

Segundo aspecto de identificação entre capital e complexo militar, subsiste no controle absoluto que o capital exerce sobre o trabalho. O sistema do capital presume a existência de um sistema hierárquico em que, de um lado, põem-se os seus comandantes, e, do outro, os comandados. O ordenamento do sistema de produção presume um decisivo processo de cooperação do trabalho em que se instauram, de um lado, aqueles que assumem tarefas de controle do processo de produção mediante as atividades de vigilância e administração; e do outro, aqueles que compõem a massa do proletariado produtivo que, como soldados rasos, destituídos de grandes habilidades, podem ser substituídos a qualquer momento do processo produtivo.

A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de

supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria (MARX, 1985b, p. 44).

O espaço da fábrica mimetiza o cenário interior do mundo militar, sem que haja nenhuma relação de reconhecimento da autoridade fundada no mérito pessoal ou na história de vida de seus oficiais como no interior de um exército. O capitalista deve, enquanto máxima “personificação do capital”, incorporar o poder supremo de controle de todas as atividades sucedidas em seu interior. Esclarece Marx: “As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensável quanto às ordens do general no campo de batalha” (MARX, 1985a, p. 263).

Para fazer valer sua autoridade, será fundamental a constituição de um código fabril que ultrapasse o código de caserna, em que cada falta será compensada por um desconto significativo no salário. A autoridade tradicional do chefe militar ou do feitor de escravos será substituída pelo manual de penalidades do supervisor ou suboficial. Desse modo, a violação da legislação fabril representa uma atividade mais rendosa para o capitalista do que sua própria observância³. Aqui, nota-se como o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital impõe a constituição de uma série de mediações sociais muito mais complexa do que a simples dominação de classe que advém da força bruta do exército; ao seu lado se impõe a coexistência de uma série de complexos muito mais mediados, como o complexo jurídico, político, educacional etc. No entanto, a existência de todos esses complexos, que revelam a superioridade do processo de sociabilidade da sociedade capitalista frente às sociedades precedentes, não implica que o sistema do capital tenha dispensada a recorrência ao auxílio do complexo bélico, pois a guerra constitui-se como apanágio fundamental ao processo de acumulação e expansão do capital.

2 Guerra e complexo industrial-militar

É sempre pertinente rememorar como a reconfiguração das táticas e estratégia militares, em que as armas de fogo desfrutaram primeiro plano, desempenhou papel substancial no processo de acumulação primitiva de capitais. A cavalaria, na luta dos príncipes contra os camponeses na Revolução alemã de 1525, foi substituída imediatamente pela infantaria, pois sem a constituição de novos incrementos bélicos, a superioridade numérica dos camponeses teria dado outro curso ao seu desfecho histórico. A descoberta da pólvora pelos chineses e sua consubstanciação em foguetes, canhões e sabres ganharam, nas mãos dos capitalistas europeus, um papel fundamental na constituição da acumulação primitiva de capitais ou etapa pré-diluviana do capital.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China, etc. (MARX, 1985b, p. 285).

A violência é o fio condutor de todo o processo de constituição da acumulação de capitais, em que culturas milenares e populações antiguíssimas são varridas do mapa.

As barbaridades e as atrozes crueldades das assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todo povo que pudesse subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal, em nenhuma raça, por mais selvagem e ignorante, por mais despida de piedade e de vergonha que fosse (HOWIT apud MARX, 1985b, p. 286).

Sem o recurso militarista, o capital jamais teria vindo ao mundo: “o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (MARX, 1985b, p. 292). Entretanto, existem os que teimam em afirmar que o capitalismo é produto de um desenvolvimento natural – quando nada existe de natural no capital. A sua essência é completamente social, pois sem apropriação do trabalho e sem expropriação dos povos não existiria capital.

..., nos primórdios do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias (LUXEMBURG, 1985, p. 311).

O capital é um sistema sociometabólico que apenas pode se reproduzir levando à ruína todas as demais formas econômicas de organização social da produção. Para isso, o complexo militar se constituiu como ferramenta indispensável.

A economia do tempo é essencial ao capital⁴. O capital tem pressa, por isso toda economia primitiva será destruída impiedosamente. Desse modo, o capital põe abaixo, num curto período de tempo, sistemas de produção milenares. É sempre importante rememorar aquilo que fez o capital, na segunda metade do século XIX, com o que havia restado do modo de produção asiático, especificamente com as economias da Índia⁵, China⁶, Egito⁷, Turquia, Marrocos etc.

É verdade que o desenvolvimento acelerado da economia mercantil do Egito, obtido graças ao auxílio do capital europeu, transformou o país em propriedade desse capital. Assim como na China e mais recentemente em Marrocos, o caso egípcio nos mostra como atrás dos empréstimos internacionais, das ferrovias, das obras de irrigação e de outras obras civilizadoras, o militarismo fica à espreita como executor da acumulação do capital (LUXEMBURG, 1985, p. 300).

A força emerge de forma articulada à potência econômica; através dela, velhas sociedades serão dizimadas, e novos monumentos serão erguidos sobre o sangue de suas vítimas. Através da recorrência aos aparatos sofisticados de corrupção e traição de lideranças e da coerção ostensiva das forças militares, o capital conseguiu garantir novos processos de expropriação do trabalho nas diferentes regiões do mundo, alternando paulatinamente trabalho escravo com trabalho assalariado.

Numa perspectiva totalizadora, Lukács (1981) considera que a guerra parece representar um elemento de aceleração (algumas vezes também um freio) do desenvolvimento socioeconômico. Isso ainda é possível de ser assinalado acerca do conjunto das atividades bélicas desenvolvidas anteriormente ao século XX, quando as

guerras ainda desempenhavam papel de reconfiguração da vida social das diferentes nações; particularmente, quando lembramos o que representou a Guerra de Independência dos Estados Unidos e as Guerras napoleônicas, depois da Revolução Francesa⁸. No entanto, isso não poderá mais ser afirmado no contexto do século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, pois, com ela, engendrou-se, de um lado, um elevado desenvolvimento do processo de produção, em que a sociedade do pós-guerra pôde desfrutar do universo da informática e da robótica, do aprimoramento das telecomunicações e dos transportes aéreos; do outro lado, tudo isso seria impossível sem o genocídio e o sacrifício de milhões de vidas ao processo de reprodução do capital. Se, de um lado, é possível elencar a existência de aspectos positivos; do outro, não deixa de ser descomunal o nível de ameaça que ela representa para o destino da humanidade. A Segunda Guerra Mundial trouxe à luz do dia o caráter essencialmente destrutivo do capital.

A guerra em grande escala revela o caráter paradoxal do capital, pois ela não apenas gera o desenvolvimento e o lucro, mas acima de tudo a destruição e a inumanidade. É este o grande problema do complexo militar-industrial nesse começo de século XXI. Como a humanidade não suporta mais uma guerra em escala planetária, sem pôr em risco a existência de toda humanidade, o expediente de uma Terceira Guerra Mundial não pode se constituir como alternativa para debelar a crise de acumulação e expansão que afeta as esferas da produção, distribuição e consumo do capital desde 1970 (MÉSZÁROS, 2006).

Bellum omnium contra omnes é a essência do sistema do capital. A guerra declarada de todos contra todos subsiste em todos os nexos desse sistema sociometabólico. Tanto na gênese do capitalismo quanto na fase imperialista, quer dizer, tanto na fase de acumulação primitiva de capitais quanto na etapa econômica em que o capital precisa ampliar suas áreas de influência para conseguir desencilhar aquilo que foi produzido em grande escala.

A guerra subsiste tanto no nível interno da produção, quando o capitalista precisa controlar, como um general, o processo de produção, quanto no nível da circulação, quando o capitalista precisa enfrentar a guerra da concorrência com os outros capitalistas no mercado mundial. Isso não implica de maneira alguma que a guerra seja capaz de explicar a totalidade das relações sociais, muito menos que a guerra se constitua como momento predominante, mas apenas que ela ocupa um papel relevante no processo de desenvolvimento do complexo econômico e na totalidade social.

Partindo desse pressuposto é que se pode avançar na consideração da relevância desse complexo parcial. É nessa perspectiva que deve ser entendida a máxima do *bellum omnium contra omnes* como princípio hedonista que reverbera por todos os poros da sociedade capitalista. A guerra de concorrência marca tanto a existência dos trabalhadores entre si quanto dos próprios capitalistas, em que o exército dos pequenos capitalistas fragmentados é literalmente destruído pelo exército dos grandes capitalistas coesos. Desse modo, a expropriação dos trabalhadores é sempre seguida pela expropriação dos capitalistas entre si. Por sua vez, a concentração e acumulação do capital, de um lado, não podem subsistir sem a concentração e acumulação da miséria, do outro (MARX, 1985b). Paradoxalmente, a liberdade que perpassa o mercado acaba conduzindo à superprodução, por isso que o capital precisa recorrer à destruição de suas próprias unidades produtivas. O capital é uma totalidade complexa e dinâmica, ou seja, o capital “é a contradição viva” (MARX, 2011, p. 345).

A liberdade apregoada como pilar desse sistema sociometabólico não existe sem a intervenção permanente do Estado na perspectiva de resguardar seus interesses no contexto da luta de classes. Assim, a guerra deixa de ser estranha ao dinamismo desse sistema de produção e circulação para se colocar como um de seus apanágios fundamentais. Através da destruição de determinadas cadeias produtivas, o capital busca reorganizar o processo de concentração e reconstituição dos padrões de lucratividade e expropriação da mais-valia.

É nesse contexto que se coloca a peculiaridade da emergência do complexo militar-industrial no decorrer do século XX, particularmente nos “anos dourados” do Estado de Bem-Estar Social. A articulação entre capitalismo de Estado e complexo militar-industrial se configura num formidável casamento que tem como propósito resolver problemas estruturais de produção, distribuição e consumo do sistema do capital. Convém destacar que o Estado capitalista é o principal agente financiador e consumidor do aparato militar-industrial. Ao financiar esse setor da produção, ele consegue fazê-lo diretamente com os recursos públicos captados pela intermediação da expropriação da mais-valia dos operários e camponeses.

É preciso destacar que quem paga a conta do militarismo – desse peso morto da sociedade de classes – é o Estado (LUXEMBURG, 1985). O complexo industrial-militar não é financiado pelos capitalistas, porque, primeiro, eles teriam que sacrificar parte de sua mais-valia destinada à capitalização; segundo, ela deixaria de revitalizar a própria crise de produção e consumo que circunda o sistema do capital no decorrer dos séculos XX e XXI. São os proletários e camponeses que financiam o complexo militar-industrial mediante o pagamento de impostos e tarifas ao Estado, como esclarece: “Mediante impostos indiretos e altas tarifas alfandegárias, os custos do militarismo são cobertos em grande parte pela classe operária e pelo campensinato” (LUXEMBURG, 1985, p. 313).

A tributação indireta dos operários significa a transferência de uma parte do poder de compra da classe operária para o Estado. Assim, parte da soma de dinheiro obtida pela venda da força de trabalho, adquirida na forma de salário, vai parar nas mãos do Estado. O deslocamento de parte de capitais representa a diminuição do poder de compra dessa classe e a ampliação do poder financeiro do Estado. A extração de parte do valor do salário do proletariado para o complexo militar-industrial representa o subconsumo da massa operária e sua pauperização (LUXEMBURG, 1985), o que representa uma alteração na relação entre capital constante e capital variável.

Essa variação implica que o capitalista do setor da produção dos meios de subsistência da classe operária deve diminuir sua produção em detrimento do setor da produção bélica, que deve, por sua vez, ampliar a produção de armamentos e a contratação de novos soldados (LUXEMBURG, 1985). Tal variação serve para revitalizar o processo de rotação do capital. Além disso, é fundamental que o Estado invista no complexo militar-industrial, porque, sem ele, torna-se difícil a constituição de novos processos de acumulação e expansão do capital. Ao ser financiado com recursos do Estado capitalista, o complexo militar-industrial deixa de ser uma responsabilidade econômica direta da burguesia e passa a ser um mecanismo de aperfeiçoamento da extração e partilha da mais-valia dos trabalhadores expropriada pelo Estado, dinamizando o capital.

Ao mesmo tempo não se deve esquecer que o complexo industrial-militar foi o carro chefe das políticas sociais que permitiram o “pleno emprego” nas economias capitalistas avançadas, mediante o denominado Estado de Bem-Estar Social. O complexo

industrial-militar se constituiu como uma solução eficaz, ainda que transitória, de intervenção dos elementos extraeconômicos sobre o mundo da economia, na medida em que o Estado tentou com uma cajadada “acertar dois coelhos”, quando, de um lado, conseguiu salvar os capitalistas, apresentando um novo mercado consumidor; do outro lado, tentou resolver o problema de parte do exército industrial de reserva, que no pós-guerra conseguiu ser reduzido dos percentuais de 20% para 5%.

A produção destrutiva do complexo industrial-militar constitui-se pela alocação significativa de recursos para um setor completamente avesso às necessidades efetiva dos homens como a guerra. A sua contínua expansão revela o caráter perdulário do capital e a ameaça permanente de destruição que acomete a humanidade. Diante do caráter parasitário do capital, investimento no setor especulativo e no complexo militar, nessa etapa do modo de produção e reprodução do capital, é imprescindível ultrapassarmos todas as lutas defensivas para adentrar numa fase histórica de ofensiva do trabalho contra o capital (MÉSZÁROS, 2006). Essa luta ofensiva significa o cessar de todas as lutas que pedem o impossível, ou seja, reformar o sistema do capital.

Conclusão

Diante da barbárie que ameaça a humanidade, existe a possibilidade concreta de constituição do socialismo como verdadeira alternativa ao estado de reificação imposto pelo sistema do capital. Este tem sua gênese na expropriação dos expropriadores, como assinala:

O que está agora para ser expropriado já não é trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. [...] Lá, tratou-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, aqui se trata da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo (MARX, 1985b, p. 293-294).

A expropriação dos expropriadores é a negação da negação; quer dizer, é a negação do capitalismo enquanto negação do feudalismo. No entanto, essa etapa constitui-se somente como gênese duma transformação mais ampla do processo sociometabólico que plasma as relações socioeconômicas. É necessário, portanto, que a ofensiva política do proletariado seja seguida pelo processo de reorganização da produção, tarefa possível de ser realizada apenas pelo trabalho associado. Nele, o preceito de cada um segundo suas capacidades será superado pelo mandamento de “cada um segundo as suas necessidades” (MARX, 1980, p. 72). Com isso, a administração dos homens será superada pela administração das coisas. O que representa uma nova forma de sociedade em que a humanidade não precisará mais gastar seu excedente com o Estado, muito menos com armamentos e financiamento da indústria da guerra, porque finalmente o homem pode afirmar-se como princípio elementar de todo processo de produção e reprodução da riqueza social.

Notas:

¹ Escreve Marx: “Dentro do sistema burguês já desenvolvido, cada relação econômica pressupõe outra já plasmada e é, ao mesmo tempo, premissa dela, como ocorre em sistema orgânico. E este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem suas próprias premissas, e seu desenvolvimento total consiste cabalmente em submeter a ele todos os elementos da sociedade ou em criar de seu próprio seio os órgãos que ainda carece” (1985c, p. 165).

² A depreciação do trabalho produtivo, nesse tempo histórico, é expressão de um sistema socioeconômico fundado no trabalho escravo, em que ainda não é posta necessidade fundamental da recorrência ao sistema de máquinas e engrenagens para desenvolver as forças produtivas. Segundo Lukács: “Sob esta influência, a geometria não se uniu com a matemática, e esta ficou reduzida a um artesanato aplicado, sobretudo, ao exército. Inclusive no caso de Arquimedes, indica explicitamente Plutarco, que o sábio desprezava a aplicação mecânica, porque nesse caso era mero artesanato, e só por patriotismo interveio com seus inventos na defesa de Siracusa” (1974, p. 152).

³ A tirania militar do capital sobre o trabalho se manifesta no modo como o capitalista controla a jornada de trabalho do operariado, pois: “O operário tem de estar às 5½ da manhã na fábrica; caso chegue tarde alguns minutos, é punido; caso chegue 10 minutos atrasado, não pode nem entrar até depois do café da manhã e perde ¼ de dia do salário. Ele tem de comer, beber e dormir sob o comando. [...] O sino despótico arranca-o da cama, do desjejum e do almoço. E o que acontece afinal na fábrica? Aí, o fabricante é legislador absoluto. Baixa regulamentos fabris conforme lhe apetece; modifica seu código e lhe faz acréscimos como lhe agrada; ainda que insira a coisa mais extravagante, os tribunais dizem ao trabalhador: Já que os senhores por livre e espontânea vontade aderiram a esse contrato, agora também têm de cumpri-lo” (MARX, 1985b, p. 44).

⁴ Escreve Marx: “Toda economia se reduz em última instância a isto: economia de tempo [...]. Portanto, a primeira lei econômica baseada na produção comum é a economia do tempo” (1985c, p. 74).

⁵ O modo de produção asiático que perpassava a Índia conseguiu sobreviver a todos os seus conquistaram a Índia (persas, gregos, citas, árabes, afgãos, mongóis), porque nenhum deles conseguiu alterar as relações de produção, limitando-se as tarefas políticas do governo, da administração e da supervisão militar. Mas a dominação capitalista inglesa trouxe consigo algo totalmente diferente, na medida em que ela afetou de alto abaixo sua estrutura produtiva. Assinala Luxemburg: “Então chegaram os ingleses, e o hábito pestilento da civilização capitalista fez em curto tempo aquilo que milênios não conseguiram, nem mesmo a espada dos Nogai soube fazer: arrasar completamente a organização social da população. O objetivo do capital inglês: apossar-se do solo que constituía, em última análise, condição básica da existência da comunidade indiana” (1985, p. 256). Desse modo, em pouco tempo, surge a grande propriedade fundiária na Índia, enquanto a massa dos camponeses passavam a condição de proletários ou pequenos arrendatários, em seguida completamente arruinados pelo endividamento (LUXEMBURG, 1985, p. 257).

⁶ De acordo com Luxemburg, “O período da abertura da China para a cultura europeia, ou seja, para a troca de mercadorias com o capital europeu, foi inaugurado com a Guerra do Ópio, quando a China foi obrigada a adquirir a droga das plantações indianas, proporcionando lucros aos capitais ingleses” (1985, p. 266). Acrescenta ainda Luxemburg: “Em 1860 o palácio do Imperador, com seus tesouros legendários, foi saqueado pelos franceses, assim como, em 1900, ‘todas as nações’ participaram ativamente do roubo dos bens público e privados. As ruínas fumegantes das cidades maiores e mais antigas, a decadência das plantações em grande extensão da planície da China e a pressão fiscal insuportável para o pagamento das indenizações de guerra acompanhou passo a passo o progresso, o avanço europeu desse comércio. Os quarenta ou mais *treaty ports* chineses foram conquistados mediante derramamento de sangue, carnificina ou destruição” (1985, p. 270).

⁷ Segundo Rosa Luxemburg, “Em 1882 a força militar inglesa entrou no Egito para não mais abandoná-lo, fazendo da submissão do país o resultado das grandes operações do capital no Egito e completando por meio dela a liquidação da economia camponesa pelo capital europeu. [...] E evidente que uma transação como essa, que exigiria normalmente um desenvolvimento histórico secular, só foi possível realizar-se em apenas três décadas graças ao látego egípcio e foi justamente o primitivismo das relações sociais egípcias a incomparável base de operações para a acumulação do capital” (1985, p. 299).

⁸ Para Karl Korsch, longe de ser uma invenção do fascismo, a guerra em escala internacional é uma condição indispensável para a consolidação do poder político e econômico da sociedade burguesa. E isso se exprime tanto na fase de acumulação primitiva de capital quanto na sua fase de guerras revolucionárias. A própria Revolução Francesa revela o caráter militarista da burguesia quando arrasta consigo toda Europa a uma guerra deliberada (1792-1815). Segundo Karl Korsch, “Esta guerra para defender a revolução e para libertar todos os povos oprimidos não podia ser concebida e prosseguida senão sob a forma de uma guerra nacional do povo francês contra os países inimigos. Guerra de defesa à pátria, não tardou em transformar-se numa guerra de conquista; a emancipação prometida aos povos oprimidos foi rebaixada a um mero tema de propaganda destinada a facilitar a anexação dos respectivos territórios; e a guerra revolucionária atacou indistintamente todos os países, livres ou não, que não tomavam o partido da república francesa na luta de morte por ela desenvolvida contra as coligações dos seus inimigos” (2010, p. 5).

Referências

- KORSCH, K. **A guerra e a revolução**. Disponível em:
<<http://www.http://guydebord.blogspot.com/.../karl-korsch.>> . Acesso em 15/06/2011.
- LUKÁCS, G. A reprodução. Texto mimeografado, extraído de **Per l'ontologia dell'essere sociale**, v. II. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, G. **Estética**: la peculiaridad de lo estético: cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1974.
- LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Trad. Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
_____. **O capital**: crítica da economia política, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
_____. **Grundrisse**: lineamentos fundamentales para la crítica de la economia política 1857-1858., v. 1. México: Fondo de Cultura, 1985c.
_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
_____. Crítica ao Programa de Gotha. In. MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**, v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2006.